

# BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

## Editorial

### Dizer os factos para encontrar a saída

Não devem os factos contar?

Por exemplo: as consequências cada vez mais gravosas da política de austeridade sem fim imposta por Bruxelas são um facto dramático para quem trabalha.

E se é um facto que, no tempo da troika 1.º de Passos, nos foram aos já de si magros salários e pensões com a selvajaria que ninguém esqueceu, também o é que, no tempo de Costa e Centeno, se se restabeleceram (em parte) salários e pensões ao nível onde estavam... há mais de dez anos, não se revogou, porém, a legislação destrutiva dos contratos colectivos que faz com que seja quase impossível obter aumentos salariais para poder viver.

É um facto dramático a continuação da obra de destruição dos serviços públicos nascidos da revolução, especialmente do serviço nacional de saúde, do ensino público, dos transportes. O facto de, para pagar a Bruxelas e aos bancos, se ter deixado de investir neles e, agora, estarem a cair aos bocados — destruindo, assim, a parte colectiva do salário do trabalhador português, que, sem ela, tem que desembolsar, se tiver, do seu salário individual para se poder tratar e educar os filhos. E se não tiver...

É um facto tão óbvio que, por exemplo, o comentador José Pacheco Pereira, do PSD, o regista assim, descrevendo o drama dos seus: *“esta direita [...] defronta um governo que em matéria de finanças e de economia mantém uma continuidade com as políticas da troika, em nome das “regras europeias”, com a obsessão do défice e boas notas das mesmas instituições que deram cobertura internacional ao Governo da troika-Passos-Portas.”*

Outro facto, portanto: Costa/Centeno é a troika 2.º.

Mas mais outro facto há, lamentável para tantos trabalhadores e jovens que não pensavam que ele fosse possível: é o facto de a troika 2.º ser, realmente: Costa/Centeno/Jerónimo/Catarina.

Há depois a mãe de todos estes factos: o facto de uma política que não seja contra os trabalhadores e a favor dos banqueiros ser incompatível com as “regras de Bruxelas”. Troika 1.º, troika 2.º ou 3.º; este ou aquele nome, neste ou naquele “cargo” ou a “viabilizá-lo”: pouco importa.

Um facto curioso é o cabeça de lista do PCP nas eleições “europeias”, João Ferreira, reconhecer abundantemente esta incompatibilidade. Considerou até “ridículo” não a ver (pg. 5). Mas porque reivindica então constantemente o seu partido o mérito de ter viabilizado o programa e orçamentos do governo da troika 2.º? Entenda quem puder. Não o parecem ter entendido os 200.000 eleitores habituais do PCP que escolheram não ir às urnas “europeias”.

O que nos leva a outros factos relevantes.

Por exemplo, antes das eleições “europeias”, foram constantes os apelos ao voto, de todos os quadrantes. O presidente ameaçou os eleitores. O Bloco de Esquerda, ainda há pouco crítico das instituições de Bruxelas, dos tratados, da dívida externa, desfez-se em apelos a votar para Bruxelas. Todos disseram: votem em nós para “conseguir” isto ou aquilo — em instituições feitas para nada se poder conseguir para os trabalhadores europeus! E todos, em coro, disseram: o inimigo é a abstenção!

Ora, votaram em ‘algum’ partido três milhões de eleitores, ou pouco mais de um terço do total. Seis milhões e trezentos mil eleitores não votaram em ninguém. Mais de dois milhões dos eleitores que votaram em alguém nas últimas legislativas não votaram em ninguém nas “europeias”.

A “grande vitória” do PS foi esta: quase nunca antes houve tão pouca gente a votar no PS. É outro facto “curioso”, que nem o facto de ter havido ainda menos gente a votar nos partidos da troika 1.º disfarça.

Nós, de *O Trabalho*, achamos que estes factos, que ninguém parece querer apontar, devem ser ditos. (cont. p. 3)



## Serviço Nacional de Saúde

# Um Tapete de Destruição, Um Vento de Resistência

O *Trabalho* tem denunciado as consequências catastróficas da política troika.<sup>2</sup> do governo Bruxelas/Costa/Centeno. Depois das devastações da troika.<sup>1</sup> de Passos, os brutais cortes no investimento público de que dependem serviços que são, na realidade, uma componente do salário colectivo dos trabalhadores portugueses, criam um ras-

to de destruição cada vez maior e cada vez mais difícil de reverter. Passos tirou dos salários e pensões para dar aos banqueiros, Costa tira aos hospitais, escolas e transportes para dar aos banqueiros. Uma manta de retalhos de destruição — mas também de resistência contra a destruição.

Liga Portuguesa contra o Cancro denuncia: **milhares de mulheres em faixas etárias de risco impedidas de realizar diagnóstico precoce do cancro da mama**

“Um despacho do Ministério da Saúde, de Setembro de 2017, passou o rastreio populacional ao cancro da mama dos 45 para os 50 anos, e a indicação de, até aos 69 anos, as mulheres fazerem mamografia de dois em dois anos. O problema, diz a Liga, é o «vazio criado» na faixa etária entre os 40 e 50 anos, e a partir dos 70.” abrilabril, 21/5

Sindicato pede intervenção da Ordem para **urgências sem elementos mínimos**

“O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) anunciou esta sexta-feira que vai suscitar junto da Ordem dos Médicos eventuais procedimentos disciplinares para os médicos que façam as escalas do serviço de urgência e não tenham os elementos mínimos (...) no dia em que termina a greve de cinco dias dos médicos anestesistas do Hospital Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra) para exigir a contratação de mais especialistas e reclamar condições de segurança clínica: ‘Não queremos mais salários, queremos sim melhores condições de trabalho’, defendeu. Roque da Cunha quis deixar uma palavra aos 320 cidadãos que viram as suas cirurgias adiadas e aos cerca de 180 que não puderam fazer exames de cardiologia, pneumológicos, cateterismos ou TAC.” (Expresso/Lusa, 24/5)



**Médicos em greve no Instituto Medicina Legal** “(...) Pela primeira vez, e por responsabilidade do Governo, é inevitável uma greve dos médicos do INMLCF, não desejada pelos sindicatos médicos, mas necessária para apelar ao bom senso negociador - o SIM e a FNAM convocam greve para os dias 26 e 27 junho de 2019”. O SIM e a FNAM (sindicatos dos médicos) irão promover reuniões de esclarecimento sindical em Lisboa, Coimbra e Porto. Os Sindicatos Médicos apelam ao bom senso do Ministério da Justiça e pedem para serem recebidos pela Sra. Ministra, de forma a garantir a independência e o futuro da Medicina Legal, essencial à Administração da Justiça.” (comunicado conjunto SIM/FNAM Lisboa, 31/5/2019)

**Nova Greve dos Médicos para 3 de Julho** Federação Nacional exige ao Ministério da Saúde negociações reivindicatórias dos médicos

“Segundo a FNAM, a substituição do ministro da Saúde, em

Outubro de 2018, pela actual ministra Marta Temido, ‘nada acrescentou’ à situação, continuando a grande parte das reivindicações por responder e «mantendo-se a postura de empatar e diferir a tomada de decisões» que permitiriam o reforço do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o exercício da profissão de médico com qualidade (...) o ministério continua a recusar negociar o limite de 12 horas de trabalho em serviço de urgência, em vez das actuais 18 horas semanais, o reajustamento das listas de utentes dos médicos de família, com vista à diminuição progressiva dos actuais 1900 para 1550, bem como à criação de um estatuto profissional de desgaste rápido, com a diminuição da idade da reforma’. Outras reivindicações por responder passam pela revisão das carreiras e grelhas salariais, a abertura imediata dos vários concursos, o respeito pela legislação laboral médica, pondo um fim à ‘violação sistemática do descanso compensatório e dos horários de trabalho’, assim como a extinção dos médicos ‘indiferenciados’, através da revisão urgente do Internato Médico.” (abrilabril 3/6/2019)

## Danos públicos, lucros privados

**Hospital de Cascais falsifica dados para arrecadar mais dinheiro do Estado**

“A denúncia partiu de actuais e ex-trabalhadores do hospital gerido pelo grupo Lusíadas. Numa altura em que se discute a nova Lei de Bases da Saúde, é mais um caso a ilustrar o **negócio das PPP**.” (abrilabril, 14/5)

De acordo com a Conta Geral do Estado de 2017, as **PPP** na Saúde custaram nesse ano **446,5 milhões** de euros, mais 4,4 milhões face a 2016. (abrilabril, 21/5)

A **José de Mello Saúde** recebeu **258 milhões** de euros do Estado pelos **contratos de gestão dos hospitais** de Braga e Vila Franca de Xira em 2016. Lusa (3/6/2019)

**Trabalhadores das Misericórdias e IPSS em greve**

Os trabalhadores das Misericórdias e das Instituições Particulares de Solidariedade Social têm uma greve conjunta marcada para **7 de Junho**, por melhores salários e respeito pela contratação colectiva.

→ **Editorial (cont. p. 1)**

Todos os trabalhadores e a juventude, tanto a maioria que já não vai votar em partidos que só querem mostrar ser melhores serventuários dos tratados da UE e do capital do que os outros, como a minoria que acha preferível votar para “evitar pior”, se interrogam: que fazer? Quando Trump ameaça com ainda mais guerras? Quando a próxima crise económica se anuncia, prometendo mais desemprego e miséria? Quando a juventude vê menos futuro do que as gerações que a precederam? Quando os “chefes” se reúnem em Bruxelas para escolher os figurões de turno que nos vão impor as troikas do futuro?

São indiscutíveis os danos que as sucessivas traições das direcções políticas e sindicais do movimento operário têm infligido à causa dos trabalhadores e do socialismo.

Não há, porém, outro caminho que não seja agruparmo-nos para reconstruir. Em total independência do patronato, recusando compromissos com outros interesses, para lutar: pelos nossos salários e condições de trabalho, com os sindicatos e comissões; para construir um partido dos trabalhadores independente, democrático, que reabra o caminho ao poder dos trabalhadores, ao socialismo. ■

**Política laboral do governo PS****Pró-patronal, antes como depois**

Segundo noticiava a TSF em 28 de Maio, “*Quase metade das horas extra não foram pagas em 2018*”.

Foram horas extraordinárias num valor de 820 milhões de euros que ficaram por pagar em 2018. Por outras palavras, quase mil milhões de euros (não longe de 2% da remuneração total dos trabalhadores por conta de outrem) foi directamente transferido para lucros patronais por roubo directo do salário.

A situação tem piorado constantemente desde 2011. A Lusa indicava, por sua vez, que as “*Horas extra não pagas correspondem a 64 mil postos de trabalho*” (28/5/19).

Segundo o Observatório sobre Crises e Alternativas, (CES - caderno de Maio), desde a Troika (2011) até 2018, as horas extraordinárias que ficaram por pagar aos trabalhadores corresponderiam a, pelo menos, 6.600 milhões de euros.

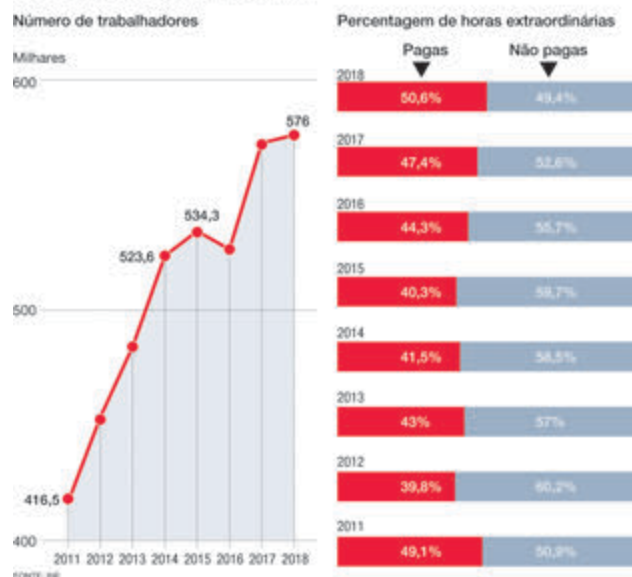
O que acontece é que a lei incentiva o trabalho suplementar. O recurso às horas extra está a crescer devido à drástica diminuição para metade que se verificou do valor do trabalho suplementar, desde as alterações laborais de 2012. (ver a infografia do Jornal de Notícias nesta página).

A política laboral do governo do PS inscreve-se inteiramente no seguimento da dos anteriores governos: a mando da U.E., servem para enriquecer ainda mais o patronato e aumentar a exploração dos trabalhadores.

A orientação do PS em defesa do patronato vem de longe. “*Vieira da Silva fez melhor do que um Governo de direita*” “[sobre as alterações à legislação laboral] *Foi uma vitória nossa, sem dúvida nenhuma*” declarou Francisco van Zeller (da CIP), conforme noticiava o Jornal de Negócios em 2008.

Não mudou grande coisa depois da troika 1.º de Passos/Portas: assim, dos contratos de trabalho celebra-

Horas extraordinárias semanais



dos nos três primeiros trimestres de 2017, 80% eram precários; e só 25% trabalhadores do sector privado estavam abrangidos por contratos colectivos de trabalho em 2017. Em 2007 tinham contratos colectivos 50% dos assalariados (abril de 29 de Maio de 2019).

As medidas laborais do governo do PS amparado no Bloco de Esquerda e no PCP (e na direita quando as medidas a adoptar são demasiado escandalosas) continuaram na mesma senda: em 2018, a legislação laboral sofreu novas alterações a favor do patronato (ver *O Trabalho* n.º 13): aumento do período experimental de três para seis meses; aumento de 15 para 35 dias da possibilidade de “contratar” trabalhadores oralmente, sem qualquer exigência escrita, pondo-os totalmente à mercê dos patrões, sem garantias nem segurança.

**Ficha técnica**

Publicado pelo grupo “A Internacional”;  
Endereço mail: [a.internacional.pt@gmail.com](mailto:a.internacional.pt@gmail.com);

Responsável: José Júlio Santana Henriques  
Página web: <http://ainternacional.pt>

## Concentração em Estrasburgo, 11 de Maio

No passado dia 11 de Maio, várias centenas de manifestantes, trabalhadores, jovens e militantes vindos de doze países europeus manifestaram-se em Estrasburgo, sede do “Parlamento” Europeu, para proclamar que **“Esta Europa Não É a Nossa Europa!”**.

Mineiros da Roménia e de Liverpool, ferroviários e estudantes franceses, belgas e suíços, militantes operários alemães, defensores da escola pública italiana juntaram as suas vozes **por uma Europa dos trabalhadores, contra a União Europeia do grande capital**. No final, os manifestantes aprovaram um **apelo contra a política europeia de privatizações, desregulamentação e precariedade** e a formação de um **comité de ligação europeu** para preparar uma **conferência europeia de trabalhadores, militantes operários e jovens** nos próximos meses.

Reproduzimos extractos de algumas das intervenções no comício.

**Doreen McNally**, sindicalista, antiga porta-voz das mulheres dos estivadores durante a grande greve de 1995 em **Liverpool**, denunciou a sonogação de democracia que ocorre no seu país desde 2016: *“Há três anos, a Grã-Bretanha votou para sair da União Europeia. A imprensa, os políticos e os capitalistas — favoráveis à UE — passaram a dizer que nós não percebemos nada e que, por isso, é necessário outro referendo. É uma afronta à democracia.”* Doreen McNally realçou que se os trabalhadores britânicos votaram em massa pelo Brexit foi por rejeitarem as políticas da UE. Rejeitando os que *“dividem para reinar, opõem o saudável ao doente, o desempregado ao empregado, o nacional ao imigrante”*, proclamou: *“Nenhum trabalhador é inimigo doutro. Não os deixemos dividir-nos.”*

**Ciaran Campbell (Irlanda)**, falando em nome do sindicato *Mandate*, referiu, ainda a propósito do Brexit, que ele *“representa uma ocasião histórica para corrigir os erros da partição da Irlanda.”* O povo irlandês não aceitava o argumento de quem *“avança com a reunificação da Irlanda para a manter na União Europeia”*.

**Dimitris Vassiliou**, militante da *Unidade Popular* na **Grécia**, lembrou a traição do governo Tsipras à vontade expressa em referendo por 61% do povo grego de romper com os memorandos da UE e rejeitar a chantagem desta. Mostrou que essa traição é que foi a verdadeira catástrofe, não havendo *“outra via senão resistir a esta política. Uma Europa dos trabalhadores e dos povos é também a nossa proposta.”*

### Esta Europa Não É a Nossa Europa!

Idêntico balanço tirou o responsável sindical mineiro **Constantin Cretan (Roménia)**, que esteve preso pela sua actividade sindical e foi libertado no termo de uma campanha internacional de solidariedade: *“A Roménia aderiu à União Europeia em 2007. Isso não nos trouxe nenhum progresso, apenas perturbação económica e sacrifícios para as classes populares (...). Há um dado que resume todo este balanço de política pró-UE: metade da classe operária romena é obrigada a procurar trabalho no estrangeiro!”*

O jovem trabalhador **francês Sékou** denunciou que *“hoje cada vez mais jovens não têm alternativa a não ser trabalhar para a Uber, Deliveroo, etc. É pura exploração e escravatura, pois são privados dos direitos que assistem a todos os trabalhadores. Não têm contratos, muitos são pagos à tarefa ou como “empreendedores”. Como imaginar um futuro? (...) Os jovens têm que se unir para enfrentar o nacionalismo e o capitalismo!”*

Um jovem socialista **suíço, Thomas Bruchez**, lembrou que, em 1992, os jovens suíços faziam bicha para votar pela adesão ao Espaço Económico Europeu. Desde então, as consequências desastrosas das medidas, nomeadamente de privatização, necessárias para a Suíça se alinhar com as exigências da UE, fizeram com que a juventude actual já *“não se deixe enganar: esta Europa não é a nossa! Contra esta*



*Europa do capital queremos uma Europa social, democrática e*

*solidária, uma Europa socialista e internacionalista.”*

O orador **português, M. Teiga**, começou por referir o auto-colante que trazia na lapela, pela libertação dos presos políticos catalães *“cujos carcereiros franquistas estão sob a protecção da União Europeia”*. Informou que, como consequência da submissão às regras europeias que está na base dos acordos do governo do PS com os partidos de esquerda que o apoiam em Portugal, continua *“uma política de austeridade sem fim contra os trabalhadores e de generosidade sem fim para os banqueiros nacionais e internacionais”*, que receberam já *“mais de 20 mil milhões de euros em rendas”* do Estado.

**Christel Keiser**, secretária nacional do Partido Operário Independente Democrático **francês**, recordou a provável abstenção em massa dos trabalhadores nestas eleições europeias, pronunciando-se *“por uma Europa dos trabalhadores e da democracia, sem fronteiras nem restrições, por uma aliança dos povos e das nações livres e dos trabalhadores livres de toda a Europa, livre da opressão, exploração e ditames da classe capitalista”*, pela *“greve geral, pela defesa das organizações, instituições e conquistas da classe operária, pelo governo dos trabalhadores, pela ruptura com os tratados europeus, pela Assembleia Constituinte soberana, construamos juntos o partido operário de que a classe operária necessita!”*. ■



## Eleições para o “Parlamento” Europeu

**Os Factos Também Contam. Nós contamo-los.**

**Não é mau lembrar de vez em quando as coisas mais básicas. Por exemplo: a democracia eleitoral baseia-se no princípio “um homem, um voto”. O voto de cada um vale tanto como o de cada outro.**

No entanto, os vários analistas tendem, segundo as conveniências ópticas, a só relatar *percentagens*. Tem-se dito, por exemplo, das eleições para o “Parlamento” Europeu, que “ganharam” o PS e o Bloco de Esquerda (e o PAN), e perderam o PCP e a direita.

“O Trabalho” apresenta os resultados à luz da igualdade eleitoral: quantos votos houve, e quantos a mais ou menos desde a “última vez” (legislativas 2015) e desde a última eleição “igual” (2014). Isto sem considerar os votos da emigração, onde a abstenção foi quase total, e o recenseamento automático entretanto introduzido aumentou o universo eleitoral em mais de um milhão de eleitores.

O que ressalta? Que, em primeiro lugar, mais de dois terços do eleitorado não votam para o “Parlamento” Europeu, apesar das ameaças de Marcelo (“perdem o direito de criticar os políticos”) e da campanha furiosa

mente caracterizada, apesar do enganoso nome, por... não ter direito de iniciativa!

**Resultados na óptica “um homem, um voto”**

— **PS: menos 640.000 votos do que nas legislativas de 2015; mais 70.000 votos do que nas europeias de 2014.**

— **Direita (PSD/CDS): menos 1,15 milhões do que nas legislativas de 2015; mais 20.000 votos do que nas europeias de 2014.**

— **PCP: menos 200.000 votos do que nas legislativas de 2015 e nas europeias de 2014.**

— **BE: menos 220.000 votos do que nas legislativas de 2015 e mais 175.000 que nas europeias de 2014.**

Ressalta, ainda, que o partido mais votado (o PS) não ultrapassou 12% do eleitorado. E que os partidos da direita, que, na legislatura precedente, foram o braço armado da troika de Bruxelas, tiveram, juntos, os votos de 10% dos eleitores.

Ressalta, por fim, que idêntica coisa se passou nos outros países da UE. A taxa de abstenção reduziu-se um pouco em relação às eleições anteriores, mas essencialmente porque, como a própria imprensa burguesa admite, as autoridades de vários “grandes países” (Espanha, Alemanha) fizeram coincidir as europeias com eleições nacionais ou locais, para aumentar a participação.

A propalada irrupção populista, da extrema-direita, não se materializou. Pelo contrário, “populistas” como a Lega de Salvini, na Itália, são agora tão “europeístas” como os outros.

Os trabalhadores portugueses, e europeus, reconhecem nas instituições “europeias” não órgãos da sua soberania, mas o que elas são: dispositivos postos de pé para aumentar infinitamente os lucros, atacando para isso os direitos de quem trabalha e revertendo as conquistas duramente obtidas em cada país em dezenas de anos de luta de classes. E nisso não vão votar. ■

**Dois terços não votaram em nenhum partido**

— **9,3 milhões de eleitores em território nacional**

— **3 milhões (menos de um terço) votaram nalgum partido.**

— **6,3 milhões abstiveram-se ou votaram branco ou nulo.**

Nas legislativas de 2015, votaram nalgum partido 5,2 milhões. Nas “europeias” de 2014, foram 3 milhões — tal como em 2019.

de todos os partidos, a apelarem às urnas com os mais fantasiosos *slogans* (é caso para dizer, pois era pura publicidade enganosa) sobre as iniciativas que iriam tomar no “Parlamento” Europeu — uma instituição específica-

**Bloco de Esquerda na primeira linha de defesa da UE**

“O aspecto mais importante desta campanha eleitoral é mostrar que aquilo que se debate em Bruxelas (...) [são] instrumentos e constrangimentos que fazem a diferença naquilo que são os aspectos mais concretos da vida das pessoas, o Estado social, o trabalho, o combate às alterações climáticas.” (José Gusmão, o n.º da lista do BE, ao *Público* de 15 de Maio).

“Debate-se” em Bruxelas!? Não. Decide-se em Bruxelas. Contra os trabalhadores, contra o ambiente. E sem que as eleições para o “Parlamento” Europeu possam alterar seja o que for, já que as decisões são tomadas fora de qualquer controlo, entre a Comissão e o Conselho, e meramente carimbadas pelo “Parlamento”. Exactamente o que o Bloco antigamente denunciava, aliás.

A paixão com que o BE passou a defender Bruxelas e a apelar ao voto que expropria a soberania popular não impediu, ainda assim, o povo propriamente dito de ver a realidade.

E, apesar de não ter sofrido a calamidade eleitoral do PCP, o Bloco perdeu também mais de 220.000 (40%) dos votos que obteve nas legislativas de 2015.

**João Ferreira, o PCP, a UE, o Ridículo e 200.000 Votos Perdidos**

“O triunfalismo dos que afirmam ser possível compatibilizar as regras impostas pela UE com uma política alternativa, assente no desenvolvimento económico e no progresso social, é não só infundado como faz ressoar as loas outrora tecidas à moeda única, que o correr do tempo veio expor ao ridículo.” (João Ferreira no *Público*, 13/3).

A prática do PCP tem sido, nos últimos quatro anos, de viabilizar, sem fraquejar e com orgulho, conforme a cada passo reafirma Jerónimo de Sousa, os orçamentos do governo cuja doutrina escrita e praticada é, precisamente, cumprir ferreamente as “regras impostas pela UE”.

Será que os 200.000, ou quase metade, dos votantes no PCP em 2014 e nas legislativas de 2015 que agora não votaram nele não se quiseram expor ao ridículo, parafraseando João Ferreira, que é, sim, o ridículo do completo divórcio entre discurso anti-UE do PCP e prática pró-UE do PCP?

## Estado espanhol / Catalunha

Frenesim eleitoral *made in Spain*

**Publicamos abaixo um artigo de Clara Tur, militante republicana catalã que vive em Lisboa, onde é coordenadora da Assembleia Nacional Catalana (ANC).**

**Clara Tur dá o seu ponto de vista sobre os resultados das recentes eleições no Estado espanhol, eleições gerais de 28 de Abril e eleições ‘autonómicas’,**

**autárquicas e para o “Parlamento” europeu, ocorridas em simultâneo a 28 de Maio, interpretando o seu significado no contexto dos ataques que se mantêm contra a livre expressão da vontade republicana do povo catalão (e das outras nações do Estado espanhol) face às instituições da monarquia pós-franquista.**

Com o frenesim eleitoral que tem imperado na Espanha nestes últimos meses, pode ser complicado acompanhar os resultados e conseguir perceber um pouco da síntese sociopolítica que disto resulta. Para os vizinhos portugueses, mesmo com a proximidade geográfica e alguma curiosidade, deve ser (quase) impossível compreender esta teia de informações eleitorais. Vamos então por partes.

No passado domingo, 28 de Abril, tiveram lugar as eleições “gerais” (como são chamadas as legislativas em Espanha), onde mais de 36 milhões de espanhóis estavam chamados “às urnas” para escolherem o próximo Governo Estatal e as suas “Cortes Gerais” (Congresso e Senado). Neste caso, tratou-se de eleições antecipadas, pois o Congresso dos Deputados chumbou o Orçamento de 2019 e obrigou Pedro Sánchez, actualmente Presidente (primeiro-ministro) em funções, a convocar os cidadãos a exercerem os seus direitos democráticos (excepto os mais de 2 milhões de residentes no estrangeiro, para os quais exercer este direito básico se transforma numa autêntica epopeia por causa do sistema de *votorogado*).

Para percebermos o panorama geral, há que referir que o PSOE ganhou as eleições com 28,7% dos votos, sendo o partido político mais votado, apesar do temor generalizado perante a ascensão da extrema-direita. Neste sentido, a aparição de dois novos partidos, “Ciudadanos” (um *remake* do Partido Popular, mais jovem e, até a data, “livre” de corrupção) e o VOX (partido de extrema-direita de cariz claramente xenófobo, trazendo para a praça pública o escondido fascismo espanhol), tem vindo a preocupar uma parte da população que continua a

sentir o peso da (ainda recente) ditadura de Franco e que preferiria não entregar o país a certas forças com discursos de carácter evidentemente populista. Este cenário por agora não se verificará, pois a direita em coligação, PP, Cs e VOX, não atinge a maioria. Neste contexto, o PSOE, em



coligação com *Podemos*, precisa ainda dos deputados independentistas para formar governo, podendo, no entanto, girar à direita para fazer uma polémica coligação com *Ciudadanos*. O que significará que, em ambas as situações, poderá ter de fazer concessões impopulares para o seu eleitorado.

Referência para o facto de aos cinco deputados eleitos pelos partidos catalães independentistas (quatro para o Congresso e um como senador) que estão envolvidos no processo judicial a decorrer no Tribunal Supremo ter sido permitido recolher a acta sob escolta policial; mas foram posteriormente suspensos dos seus cargos, sendo-lhes negado exercer os seus direitos políticos.

Além disto, a cidadania espanhola tinha um novo encontro com as urnas no Domingo, 26 de Maio, quando não só aconteciam as eleições para o Parlamento Europeu, mas também as “municipais” (autárquicas portuguesas) e eleições autonómicas em 12 comunidades (como é o caso das Ilhas Baleares, as Canárias, Astúrias, Cantábria,

Madrid... e em todas elas com possibilidades de coligações variadíssimas).

No contexto catalão, tanto nas eleições gerais como nas municipais, saiu vencedora a ERC (*Esquerra Republicana de Catalunya*, que pelo seu nome define as suas prioridades teóricas). Há que fazer igualmente referência à luta entre a ERC e *En Comú Podem* pela cidade de Barcelona, ao nível da série *House of Cards*, que ainda está por ser resolvida. Enquanto isso, o *JxCat*, de Carles Puigdemont, venceu nas eleições europeias, como símbolo claro do apelo do povo catalão a um diálogo com as instituições europeias para a resolução do conflito político actual.

Apesar de terem sido escolhidos pelos eleitores (não só da Catalunha, pois a sua lista obteve mais de 35 mil votos no resto do Estado) para exercer o cargo de deputados no Parlamento Europeu, o *ex-president* da Generalitat Carles Puigdemont e o *ex-conseller* Toni Comín viram ser-lhes vetada a entrada neste edifício e ainda não lhes foi permitido recolher a acta de eurodeputados, sem razão justificativa. Nenhum dos dois possui na actualidade nenhum mandato europeu em seu nome, sendo mais uma vez negada a possibilidade de exercer os direitos políticos a eleitos catalães.

Esta vulneração continuada dos direitos políticos e civis dos líderes catalães foi inclusive recentemente sujeita a um pedido de libertação imediata dos que estão em prisão preventiva da parte do Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da ONU. ■

**Clara Tur**

## Palestina

### “Acordo do Século” contra o Povo Palestino

Está para ser tornado público no próximo dia 25 de Junho, em cimeira internacional no Reino do Barém, o plano americano que tem sido propagandeado como o “Acordo do Século”, há meses em negociação com a monarquia saudita e o Estado de Israel.

O plano pretende acabar de vez com a questão palestina. Fala-se de o Estado de Israel anexar grande parte da Cisjordânia, de limpeza étnica de Jerusalém, de desaparecer toda a referência a um “Estado palestino”, mesmo num papelinho de Carnaval... Um professor de ciência política de uma Universidade de Beirute, descreve a ideia assim: “sacrificar os direitos dos palestinos no altar de uma reaproximação entre Israel e os países do Golfo”.

Será o plano dado à luz? O primeiro-ministro Netanyahu, de Israel, chafur-

da na crise política e em escândalos financeiros. Convocou agora eleições antecipadas. Os responsáveis da Autoridade Palestiniana anunciaram não tencionar comparecer, apesar da promessa de milhares de milhões de petrodólares sauditas. A revolta do povo palestino contra as múltiplas provocações de Trump\* torna-lho impossível. A China e a Rússia também poderão não comparecer. Até o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, se diz preocupado por poder parecer que o acordo “só pode agradar aos israelitas”.

Não é só a Palestina que está em causa. A administração Trump quer “remodelar” toda a região, gizar uma vasta aliança para a sua cruzada contra o Irão. O regime iraniano qualificou o dito “acordo do século” de “grande traição”. O “guia” do regime, o aiatolá Ali

Khamenei, declarou, na sua página oficial, que “o ponto de vista da República Islâmica não é o dos passados dirigentes árabes que achavam que era preciso deitar os judeus ao mar”. Khamenei lembrou a proposta do Irão: um referendo “sobre o sistema de governo com a participação de muçulmanos, cristãos e judeus da Palestina, bem como dos refugiados palestinianos.” Independentemente das razões do regime iraniano, é óbvio que a única solução democrática só pode vir dos habitantes da Palestina e mais ninguém, sem as ingerências das grandes potências que há mais de setenta anos o povo palestino tem sofrido. Não pode haver solução democrática que não tenha por base o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino. ■

\*Por exemplo a transferência da embaixada americana para Jerusalém.

## Brasil, cresce a resistência contra Bolsonaro



### 30 de Maio: milhões nas manifestações estudantis; 14 de Junho: 45 milhões em greve geral

Documentos vindos a lume nos últimos dias no site *Intercept* mostram o que há muito era óbvio: que o juiz Sérgio Moro, responsável pela prisão de Lula e sua condenação sem qualquer prova material no âmbito da “Operação Lava Jato”, organizou o processo como campanha política com o objectivo não de “fazer justiça”, mas de afastar politicamente Lula e o PT das eleições presidenciais.

O organizador da fraude eleitoral foi escolhido por Bolsonaro para seu ministro da justiça. Tudo a nu.

Abaixo extractos do editorial do jornal “Resistir”, dos nossos companheiros da Organização Comunista Internacionalista do Brasil.

balhadora, de privatizações, do desmonte dos serviços públicos, de acelerada entrega de nossa estatais e património público.

Dia 14 de junho é dia de Greve Geral contra a reforma da previdência (aposentações, NdR), pela educação e o emprego. Deve ser uma greve expressiva.

(...) Pode um governo ilegítimo como o de Bolsonaro-Mourão impor, através da PEC 06, a destruição da previdência social contra a vontade do povo?

Pode um Congresso Nacional, eleito no mesmo ambiente de fraude eleitoral, decidir enfiar goela abaixo da maioria do país a destruição dos direitos previdenciários da classe trabalhadora?

Pode o STF, cúmplice do jogo de cartas marcadas, conceder ao governo Bolsonaro a permissão de “vender” sem autorização parlamentar e sem até mesmo licitação as nossas estatais de importância estratégica para o país?

Do ponto de vista da democracia onde o povo tenha a palavra, **NAO**.

A democracia significa anular as eleições fraudulentas de 2018, libertar Lula de sua prisão política e o povo e os trabalhadores terem a palavra no país para que, através de uma Assembleia Constituinte Soberana, possam constituir um governo democrático e criar instituições condizentes com suas aspirações, sem os entulhos da ditadura militar e sem as manipulações do grande financiamento empresarial. Um governo para barrar as privatizações e retomar as empresas privatizadas como a Vale do Rio Doce; rever a “reforma” trabalhista, recuperar e avançar nos direitos; revogar a lei do ensino médio e os cortes nas universidades e salvar a educação pública; revogar a EC95 e evitar o colapso dos serviços públicos de saúde, educação, saneamento, etc.; fazer a reforma agrária e retomar uma Petrobras 100% estatal e controlando soberanamente a imensa riqueza do pré-sal.

Chega de “democracia” sem povo. ■

“Como dissemos em declarações anteriores: para nós, **‘eleição sem Lula é fraude’** e o PT não devia ter substituído Lula e sim exigido nas ruas eleições livres e democráticas.”

(...) Agora, com as revelações (...) do site *Intercept*, alguém tem dúvida que a vitória de Bolsonaro-Mourão foi um jogo de cartas marcadas, uma fraude?

Sim, Moro, o Ministério Público, o STF, o Congresso Nacional, a cúpula militar, a grande imprensa, o ministério da Justiça dos Estados Unidos, o mercado financeiro, a FIESP, inventaram uma “democracia sem povo”. Uma farsa eleitoral onde a preferência popular seria manipulada até o resultado desejado.

E fizeram isso para ter um governo que continuasse a obra de Temer de destruição dos direitos da classe tra-

## Argélia, o processo revolucionário avança

### Eleições presidenciais? Ou Assembleia Constituinte?

O processo revolucionário que se iniciou na Argélia no dia 22 de Fevereiro não pára de se aprofundar. A irrupção e crescente auto-organização das massas trabalhadoras recordam o 25 de Abril de 1974 em Portugal, e a revolução que se lhe seguiu. O “poder” procura a todo o custo evitar a saída que as massas trabalhadoras buscam, a convocação de uma Assembleia Constituinte soberana, que rompa com o regime e instaure uma nova República. Publicamos de seguida extractos do jornal *Minbar El Oummel* (Tribuna Operária) de 9 de Junho passado.

Com as marchas e manifestações realizadas por todo o país neste dia 7 de Junho, o povo inteiro disse de novo o que recusa e o que almeja. Os manifestantes gritaram palavras de ordem contra o diálogo com Bensalah (o presidente ilegítimo depois da saída de Bouteflika — NdR) exigindo a sua saída, assim como a de todos os que encarnam o regime.

Presas entre a mobilização popular e a insistência do regime em manter nos seus postos personalidades rejeitadas pelo povo, para as “personalidades nacionais” e os partidos ditos de oposição complica-se a participação na saída da crise, já que é para eles um risco aceitarem a mão estendida por Gaid Salah, o chefe do Estado-Maior e homem forte do regime.

Porque se faz então tanto barulho à volta da próxima “conferência nacional da sociedade civil” convocada para 15 de Junho? Anuncia-se a participação de cerca de 500 pessoas em representação de 70 organizações e associações muito diversas, nomeadamente a Confederação Sindical (CSA) e as organizações dos direitos do homem.

Estava para ser adoptado em 8 de Junho o “roteiro para a saída da crise da sociedade civil”, largamente coincidente com a via gizada pela hierarquia militar, a saber, “*um presídio e um governo de técnicos encarregados de gerir o período de transição até uma eleição presidencial*”. Os delegados separaram-se, todavia, sem chegar a acordo.

Quais são os desacordos? Segundo Meziane Mériane (um

dos dirigentes sindicais “autónomos” mais empenhados na conferência de 15 de Junho — NdR), as divergências incidem no roteiro a propor à conferência. Como ele diz: “*Há quem proponha uma Constituinte que dê origem a uma nova Constituição e quem reclame ir para presidenciais*”.

Tudo indica que, para alguns dos seus organizadores, a conferência nacional de 15 de Junho é uma tentativa de enterrar a mobilização popular.

Só que há outra via: sobre os responsáveis sindicais e todos os que reivindicam a democracia pesa uma responsabilidade esmagadora. Se quiserem manter-se fiéis aos milhões de argelinos que vão todas as semanas para a rua gritar “*Fora o sistema*”, terão que começar por apresentar uma moção que proclame “*a fidelidade da conferência ao movimento popular e a todas as suas reivindicações e aspirações; que todas as instituições do regime são ilegítimas e têm que ir para a rua e, para isso, convocação, já, da Assembleia Constituinte soberana que permita aos representantes do povo definir a forma e o conteúdo da democracia*”.

É a única coisa que se pode fazer no dia 15 de Junho para manter a fidelidade ao movimento popular e a todas as suas reivindicações. Que ninguém duvide que tal apelo seria imediatamente agarrado pelos trabalhadores, estudantes e jovens para preparar e organizar a greve geral num movimento comitante com o do colectivo para a reapropriação da UGTA, para acabar com o regime ■

### Libertação imediata de todos os presos políticos!

Uma das numerosas palavras de ordem ouvidas nas manifestações de sexta-feira na Argélia é a de “*Libertação de todos os presos políticos!*”

Depois do trágico falecimento do dr. Kamel Eddine Fekhar, militante da causa berbere, após cinquenta dias de greve da fome, esta exigência cresce de marcha para marcha. Sexta-feira passada, eram muitos os que marchavam atrás da bandeira que exigia a libertação, nomeadamente, de Hadj Ghermoul, militante do Comité Nacional de Defesa dos Direitos dos Desempregados, o primeiro a empunhar, em Janeiro de 2019, um cartaz a dizer “*Não ao quinto mandato!*” (de Bouteflika) que, por essa razão, vegeta na prisão há quatro meses e meio.

Soube-se também na semana passada pela imprensa que o estado de saúde de Louisa Hanoune, secretária-geral do Partido dos Trabalhadores (PT), se estará agravando.



Louisa Hanoune fora presa no dia 9 de Maio por ordem do Tribunal Militar de Blida sob a acusação de “conspiração para mudar o regime” e “atentado à autoridade do comando de uma formação militar”, no seguimento da detenção, no dia 4 de Maio, de Said Bouteflika, irmão do presidente demissionário e de dois generais ligados aos serviços de segurança.

Está em circulação em todo o

mundo um apelo iniciado por cinquenta e um militantes operários dos Estados Unidos, recentemente secundado por um apelo de numerosos militantes e sindicalistas da Grã-Bretanha, pedindo a “*Libertação imediata de Hadj Ghermoul, dos presos de Ghardaia, de Louisa Hanoune e de todos os outros presos*”.

O Trabalho associa-se a estes apelos urgentes. ■